

## MULHERES DE FIBRA NA LUTA POR DIREITOS SOCIAIS

Viviane de Oliveira Barbosa\*

### RESUMO

Este trabalho aborda o processo de mobilização e organização institucional de trabalhadoras rurais dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. Essas mulheres instituíram um movimento social, fundamentado na defesa dos babaçuais e no acesso à terra e assumiram a identidade de quebradeiras de coco, reivindicando direitos sociais e políticas públicas.

**Palavras-chave:** Quebradeiras de coco. Movimento Social. Políticas Públicas

### ABSTRACT

This work approaches the process of mobilization and institutional organization of rural workers of the Maranhão, Pará, Piauí and Tocantins – Brazilian States. These women had instituted a social movement, based on the defense of the babassu palm tree and the access to the land and had assumed the identity of quebradeiras de coco, demanding social rights and public politics.

**Keywords:** *Quebradeiras de coco*. Social Movement. Public Politics

## 1 INTRODUÇÃO

No final da década de 1980, mulheres trabalhadoras rurais, agroextrativistas, dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins mobilizaram-se na luta por direitos sociais, enfrentando situações de conflito e organizando-se no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Num primeiro momento, essa organização foi impulsionada pelo acesso aos babaçuais e pela posse da terra. Atualmente, dentre outros elementos, o MIQCB demanda por políticas públicas voltadas para questões ambientais, trabalhistas, de gênero e étnico-raciais. Diante disso, analisa-se a instituição desse movimento junto ao processo de construção da identidade de quebradeiras de coco.

## 2 QUEBRADEIRAS EM MOVIMENTO

---

\*Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista CAPES/UFBA.

Em meio a conflitos, trabalhadoras agroextrativistas se mobilizaram, identificando-se coletivamente como *quebradeiras de coco* e criando uma organização. Considerando-se a perspectiva de Hobsbawm (1995, p. 406), o MIQCB constitui um dos “novos movimentos sociais”, cujas características são defesa ambiental e ecológica, afirmação de identidade étnica e demandas de gênero.

Sobretudo a partir de meados do século XX, quando da explosão de ocupações de terras e da reorientação do mercado econômico neoliberal, avaliava-se que os(as) trabalhadores(as) agroextrativistas se enfraqueceriam politicamente, ficando à margem do mercado. No entanto,

quebradeiras de coco [...] romperam com essa representação pictórica e usual e com a moldura do exotismo da floresta, que tradicionalmente as envolviam. Descongelaram esta imagem folclórica, quebraram a imobilidade iconográfica de décadas e se derramaram organizadamente nas estruturas do campo do poder e nos circuitos de mercado, desnaturalizando-se e afirmando sua nova condição. (ALMEIDA, 1995, p. 18)

Essas mulheres se organizaram em 1989, porém, a fundação da Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (AMQCB) se deu apenas em 1991. Segundo dona Maria Chagas, coordenadora geral do movimento, somente após 1995 é que a articulação passou a se chamar MIQCB. Esse movimento se concentra em quatro estados da federação, estendendo-se “por centenas de povoados distribuídos desde o Vale do Parnaíba, no Estado do Piauí, até o Vale do Tocantins, nos Estados do Pará e do Tocantins, atravessando diagonalmente o Estado do Maranhão” (ALMEIDA; SHIRAIISHI NETO, 2001, p. 15). Toda essa extensão territorial está dividida em seis regionais, do Mearim, de Imperatriz e da Baixada (as três no Maranhão), do Pará, do Piauí e do Tocantins. Cada uma delas possui uma coordenação executiva e assessoria técnica, apoiada por projetos financiados pela União Européia, Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre outros.

Diversos movimentos e instituições foram importantes para a mobilização de quebradeiras de coco babaçu, dentre os quais, a Igreja Católica, que mantinha contato com essas mulheres através das Comunidades Eclesias de Base (CEBs) e de algumas instituições como a Cáritas, fundada em 1956, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituída em 1975, que além de realizarem atividades junto a trabalhadores(as) rurais, freqüentemente os(as) apoiavam por ocasião dos conflitos de terra. Muitas vezes as quebradeiras, mais que representar, eram a Igreja Católica em seus povoados, elas podiam constituir o núcleo humano central, por exemplo, das CEBs e clubes de mães.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Até mesmo músicas cantadas durante os encontros/reuniões do MIQCB são semelhantes aos cânticos entoados nas pastorais e, especialmente, nas CEBs e grupos da Igreja Católica. Muitos desses cantos têm o mesmo ritmo, diferindo, em alguns casos, nas letras que são criadas em consonância com as experiências dos(as) trabalhadores(as) rurais na luta pela terra, pela preservação dos babaçuais e na busca de cidadania.

Intelectuais também estiveram junto a quebradeiras de coco e agricultores(as) desde a época de conflitos. A própria constituição do MIQCB deve ser pensada a partir das influências que a academia, sobretudo antropólogos, exerceu na mobilização das quebradeiras de coco. Na maioria das vezes, esses intelectuais encontraram um terreno organizacional mais ou menos estruturado pela Igreja Católica, como clubes de mães, sobre o qual eles atuaram.

Os contatos estabelecidos entre as trabalhadoras extrativistas e a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), assim como entre elas e o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) também foram fundamentais para sua organização política. Além dessas duas entidades, a ASSEMA, organização não-governamental sem fins lucrativos, criada na região do Médio Mearim maranhense em 1989, basicamente no período de fundação do MIQCB, também teve uma atuação importante no processo de articulação das quebradeiras. Composta por trabalhadores(as) rurais e assessores técnicos, em sua maioria, pesquisadores, seu objetivo, desde o início, era o de atender as demandas de agricultores(as) e extrativistas da região.

A mobilização das quebradeiras de coco passa por um processo cada vez mais comum na contemporaneidade, o fato de os movimentos rurais se afirmarem não mais a partir de critérios políticos amparados no termo camponês. Termos locais são politizados e os sujeitos passam a adotar como designação coletiva as denominações que utilizam para se definir e pelas quais são definidos cotidianamente (ALMEIDA, 2006, p. 62). De fato, quebradeiras de coco assumiram uma identidade grupal tendo como referência primeira o fato de praticarem a quebra do coco babaçu e de ser esta uma prática costumeira em seu cotidiano, uma atividade a partir da qual elas se representam e são representadas.

Existe uma significação territorial/espacial do MIQCB que ultrapassa as divisões geográficas tradicionais. A identidade de quebradeiras de coco é pensada e vivida através de processos que não necessariamente acordam com os padrões cartográficos estatais. Em grande medida, a partir dos próprios conhecimentos e experiências das quebradeiras, há uma re-imaginação, re-adaptação e remodelação das fronteiras convencionais de regiões e propriedades sobre as quais elas se espalham. E é desde este lugar que seu universo cotidiano é conformado e suas histórias são pensadas.

De fato, romper com padrões cartográficos oficiais e fixos não era algo estranho para muitas das quebradeiras. Os próprios clubes de mães e sobretudo as CEBs, das quais muitas delas participavam, não raro, organizavam encontros entre diferentes povoados, de diferentes locais. A lógica de partilhar dificuldades e conquistas tanto interna (dentro do povoado) quanto externamente era algo que já fazia parte das experiências cotidianas de algumas dessas mulheres, o que certamente contribuiu para a formação e desenvolvimento do MIQCB como movimento que se pensa para além das fronteiras oficiais estatais.

Para o entendimento das dinâmicas dos movimentos sociais contemporâneos há que se considerar quatro elementos importantes, quais sejam: as redes sociais que envolvem seus participantes, identidades acionadas durante conflitos coletivos, estruturas construídas a partir de compreensões partilhadas, e estruturas de oportunidades políticas (FAVARETO, 2006, p. 28). Sem dúvida, o MIQCB é composto por redes de sociabilidades complexas que incluem associações, clubes, comissões, grupos de mulheres e cooperativas que lutam pela preservação de babaçuais, pela garantia de terras, por políticas governamentais voltadas para o extrativismo, pelo livre acesso aos babaçuais e pela equidade de gênero e étnico-racial.

Institucionalmente, o MIQCB só foi reconhecido em 2002, constituindo-se em uma associação de quebradeiras de coco (AMIQCB)<sup>2</sup>. Dentre outros aspectos, a organização no MIQCB possibilitou a representatividade das quebradeiras de coco na esfera pública e o seu reconhecimento enquanto sujeitos políticos. O MIQCB rompe as fronteiras do espaço vivencial dessas mulheres, repercutindo nacional e internacionalmente. Na medida em que a organização foi crescendo política e economicamente, algumas delas passaram a coordenar cooperativas e associações políticas e várias de suas lideranças assumiram cargos político-institucionais, como o de vereadoras<sup>3</sup> e a direção de sindicatos.

A organização no MIQCB permitiu às quebradeiras uma ampliação do leque de articulação política, fazendo com que adquirissem representatividade em outras organizações de âmbito nacional, como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Desse modo, constrói-se uma nova forma de se relacionar, sobretudo valorizando as relações que ultrapassam o quadro natural das áreas de ocorrência de babaçu, ampliando os laços de solidariedade, e suplantando os limites das organizações ligadas a velhas tradições nacionais.

Pode-se falar, nas palavras de Antunes, de um processo de empoderamento de mulheres quebradeiras de coco babaçu, um empoderamento tortuoso, no qual as conquistas públicas não necessariamente acompanham transformações nas relações familiares, da esfera privada. (ANTUNES, 2006) Nesse sentido, cabe lembrar que esse processo, por se dar em meio a tensões econômico-políticas, de gênero e étnico-raciais, etc., embora aponte para mudanças significativas na vida dessas mulheres, nem sempre implicam em transformações profundas nas diferentes relações sociais que elas estabelecem.

---

<sup>2</sup>Esse movimento é composto de coordenação executiva, conselho fiscal e comissões temáticas. Aquela primeira é formada por coordenação geral, vice-coordenação, coordenadoria financeira, secretaria geral, secretaria de formação e secretaria de comunicação. As comissões temáticas são Infra-estrutura, Geração de renda, Reforma agrária, Tecnologia para o aproveitamento sustentável do babaçu, Organização do processo gerencial, Sustentabilidade política e financeira, Gênero e etnia, Formação e capacitação, Lei do babaçu livre, Trabalho infantil em áreas do babaçu, Comunicação e informação, e Políticas públicas.

<sup>3</sup>Três quebradeiras de coco já foram eleitas vereadoras: Maria da Consolação de Souza (São Miguel Tocantins – TO), Maria Alaídes (Lago do Junco – MA) e Maria Nice Machado Aires (Penalva – MA). Além disso, uma outra quebradeira atua no cargo de vice-prefeita em São Pedro da Água Branca-MA.

De qualquer modo, luta, persistência e conquistas são temas sempre reanimados nos encontros do MIQCB, como no pronunciamento de dona Maria Chagas durante a abertura do V EIQCB:

Prazer enorme a gente ter tanta companheira aqui [...] A gente tem uma luta muito árdua, mas é muito interessante pra nós. Só agüenta ser coordenadora e ser quebradeira é mulher forte, é **mulher de fibra** [...] nós nascemos em 91, em 93 nós tivemos o segundo [Encontro] que foi no Piauí e o terceiro foi aqui, mas a maioria das quebradeiras lembra que a governadora era mulher <sup>[4]</sup> e a gente não foi recebida, teve em 2001 o quarto em Imperatriz [...] mas nós somos de fibra e não é mentira.

Essas mulheres lutam pelo seu reconhecimento enquanto cidadãs, por políticas voltadas para os(as) extrativistas e pelos seus direitos enquanto trabalhadoras. Tendo em vista que uma das suas principais bandeiras de luta é pela preservação das palmeiras de babaçu (*Orbignya plalerata martius*), uma de suas medidas foi a implantação, em alguns municípios, de uma lei que determina o uso comunal dos babaçuais, podendo este recurso ser explorado pelos(as) extrativistas ainda que esteja em propriedades privadas. Denominada de “Lei Babaçu Livre”, em grande medida, essa lei subverte a propriedade privada, separando-a dos recursos naturais que, desse modo, podem ser explorados em regime comunitário. <sup>5</sup>

Mesmo com a garantia de lei em alguns municípios, as mulheres precisam fiscalizar as áreas dos palmeirais para impedir que sejam devastados, como declarou dona Sebastiana Silva, participante do MIQCB e sócia da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), no Maranhão: “Sofremos ameaça dos fazendeiros, nos unimos e criamos a Lei, mas só funciona se você tiver lá, vendo o que tá acontecendo. Precisa do nosso empenho pra que eles não fiquem solto fazendo o que querem”.

As quebradeiras de coco vêm desenvolvendo cursos de formação e capacitação de suas lideranças, seminários, encontros, oficinas, o que contribui também para discussões sobre os problemas relativos à mobilização e à economia do babaçu. A educação formal tem sido um instrumento importante, inclusive no que tange à igualdade de gênero, pois tem sido uma alternativa educar suas crianças questionando discursos e práticas de dominação masculina, uma educação que enfatiza as diferenças entre homens e mulheres, mas busca não perpetuar desigualdades. Essas questões são evidenciadas nos depoimentos de quebradeiras e nas letras das músicas que fazem parte do repertório do MIQCB. <sup>6</sup>

<sup>4</sup>Roseana Sarney, filha de José Sarney, então governadora do estado do Maranhão.

<sup>5</sup>Em 2003, esta mesma lei começou a ser discutida para vigorar em nível federal. O projeto de Lei Federal nº 747/2003 encaminhado, em seu artigo 2º, estabelece que as matas nativas constituídas por palmeiras de coco babaçu em terras públicas, devolutas ou privadas são de livre acesso às populações agro-extrativistas e de livre uso por elas, desde que as explorem em regime de economia familiar e comunitária, conforme os costumes de cada região, na forma do regulamento. (PINDOVA, 2005 a, p. 2)

<sup>6</sup>Em 2005, algumas dessas músicas foram apresentadas em Brasília e no Rio de Janeiro, através do Projeto Encantadeiras, uma parceria entre empresa de marketing Lumearte (RJ) e o Centro Cultural Banco do Brasil. Em junho desse mesmo ano, quebradeiras de coco se reuniram para gravar um CD com algumas músicas de seu

Com a organização do MIQCB, as quebradeiras ganharam visibilidade não só na esfera da produção, mas também no campo da comercialização, pois antes, na maioria das vezes, somente homens se envolviam no processo de venda do coco (MARTINS, 2001). No Mearim maranhense há quatro cooperativas, a dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco, de Esperantinópolis, de São Luís Gonzaga e de Lima Campos, que criaram uma linha de produção e comercialização dos produtos do babaçu. A AMTR, constituída em grande parte por mulheres do MIQCB, fabrica e comercializa sabonetes com o óleo comprado da cooperativa. Outros produtos com a bandeira “Babaçu Livre” estão sendo comercializados<sup>7</sup>. Ainda assim, os problemas persistem, haja vista que, como aponta Almeida (2001), há um desconhecimento quase total da economia do babaçu, fazendo das quebradeiras alvo de planejamentos externos que visam apenas lucros próprios.

Alguns problemas que comprometem o regime de trabalho familiar e a reprodução física e social dos(as) extrativistas se ampliaram no início deste século. De acordo com um levantamento feito pelo MIQCB (2005), através do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, é possível mapear as situações de devastação dos babaçuais, as diferentes territorialidades étnicas afetadas (terras de índio, terras de quilombo, etc.), as principais formas de organização, a ocorrência de delitos contra quebradeiras, as unidades de conservação, e as áreas com cultivo homogêneo para fins industriais (dendê, eucalipto, mamona, cana de açúcar) em todos os estados de atuação do MIQCB.

Grandes áreas de florestas (babaçuais, buritizais, juçarais, bacurizais, tucunzais) têm sido devastadas para o cultivo de monoculturas. Essas ações têm gerado uma verdadeira “guerra ecológica”, acentuada também em razão das políticas do governo federal que incentivam a conversão de sementes de oleaginosas (mamona, girassol, soja) em biodiesel. A utilização dos recursos naturais pelos(as) extrativistas também se defronta com outros empecilhos. Além do corte das palmeiras e da queima dos cocais, são cada vez mais comuns práticas de envenenamento das pindovas, através da utilização de agrotóxicos. Embora o uso de cercas elétricas não impeça a entrada dos(as) extrativistas nas áreas de babaçuais, nos discursos das quebradeiras, propriedades eletrificadas aparecem como uma ameaça ao trabalho extrativista e como mais uma estratégia de fazendeiros/grileiros para coibir a entrada de trabalhadores(as) que extraem o coco babaçu<sup>8</sup>. Práticas como ameaças à integridade moral e física das quebradeiras, “sistemas de quebra de meia” e “sistema de barracões” ainda são recorrentes.

---

repertório (PINDOVA, 2005 b). As quebradeiras têm divulgado seu trabalho em outros eventos, inclusive em seminários organizados pela ASSEMA.

<sup>7</sup>Em 2002, foi fundada em São Luís, a “Embaixada Babaçu Livre”, um entreposto que comercializa produtos feitos por agroextrativistas do Maranhão, divulga o trabalho das quebradeiras através de panfletos, folders e livros, e funciona como espaço de mobilização de recursos da ASSEMA em prol do projeto economia solidária.

<sup>8</sup>As cercas elétricas aparecem como impedimento porque, segundo quebradeiras de coco, já houve um caso em que uma extrativista foi morta depois de sofrer um choque elétrico ao tentar entrar numa propriedade para coletar o coco.

Outro problema tem sido a queima do coco inteiro para a fabricação de carvão. Empresas siderúrgicas têm produzido carvão do coco babaçu que é comprado das mãos de proprietários ou diretamente da mão de trabalhadores(as) assalariados(as). Em sistema de semi-escravidão, fazendeiros contratam trabalhadores(as) para o serviço de cata do coco babaçu, pagando-os(as) por coco coletado <sup>9</sup>. Essa prática é cada vez mais comum e tem ameaçado o próprio critério mobilizatório das quebradeiras. Assim, para além de um conflito de natureza sócio-econômica, essa realidade evidencia também um conflito de gênero, haja vista que a maioria das pessoas envolvidas na cata do coco são homens. Nota-se um confronto que não se dá tão somente entre quebradeiras de coco e fazendeiros/grileiros, mas também entre quebradeiras de coco e os chamados “catadores de coco”. <sup>10</sup>

Embora muitos problemas como esse tenham continuado, quebradeiras do MIQCB, em seus encontros realizados durante os três primeiros anos do Governo Lula (2003-2005), acentuam que implementações desse governo as beneficiaram, sobretudo via políticas públicas através do MMA. A criação do GT Babaçu, vinculado a esse ministério é, para elas, uma conquista que garante representatividade de seu grupo junto ao Governo Federal, pois o objetivo do GT é o de promover ações ambientais em prol das populações extrativistas, coordenando e acompanhando estudos que formulem a implementação de políticas de sustentabilidade para esses grupos.

Segundo essas mulheres, os principais avanços do MIQCB foram a maior facilidade de comunicação entre as regionais e a sede, em São Luís; a divulgação das ações das extrativistas através do informativo Pindova; a ampliação da participação dos escritórios regionais, que passaram a ser espaços de denúncias de devastações ambientais (PINDOVA, 2005b, p. 3).

### 3 CONCLUSÃO

Atualmente, no Brasil, estima-se que mais de 300 mil pessoas realizem o extrativismo do babaçu. Organizadas no MIQCB são em média 250 mulheres, que têm agido

---

<sup>9</sup>As quebradeiras não são contra a produção de carvão feito da casca do babaçu, elas próprias utilizam esse tipo de carvão para venda em pequena quantidade e para o auto-consumo. Entretanto, a produção desse carvão tem constituído uma ameaça para elas na medida em que em algumas regiões o preço da casca tem superado o da amêndoa do babaçu.

<sup>10</sup>Para as quebradeiras de coco existe uma diferença entre coletar o coco e catar o coco. A coleta do babaçu é a prática de juntar o coco já caído dos cachos da palmeira ou mesmo derrubar o coco que já está maduro para quebrá-lo. Ao contrário das quebradeiras, os “catadores de coco” atuam cortando o cacho inteiro das palmeiras, tirando o coco ainda verde e destinando-os a empregadores de indústrias de ferro-gusa.

como multiplicadoras das ações em defesa dos recursos naturais, não só babaçuais, mas também castanheiras, seringais, buritizais, juçarais, entre outros recursos. Em cada uma das localidades englobadas pelo MIQCB, os problemas e reivindicações são diferenciados, confirmando a heterogeneidade dos movimentos sociais. No que diz respeito à articulação, nota-se que a primeira escala de prioridades, a luta pelo extrativismo, caracteriza a atuação do MIQCB em todos os estados que o constituem, apesar de no cotidiano das diferentes localidades as experiências se diversificarem. Num primeiro momento, a mobilização se caracterizou por ações localizadas das quebradeiras, que se organizaram primeiramente em seus povoados, e com o apoio de instituições diversas, inclusive de pesquisadores e membros da Igreja Católica. Posteriormente, o MIQCB foi instituído agregando as seis regionais de mobilização das quebradeiras, localizadas nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. De um modo ou de outro, trata-se de um movimento alicerçado social e ideologicamente na luta por políticas públicas e direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. **Quebradeiras de coco – identidade e mobilização**: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas. São Luís: MIQCB, 1995.

\_\_\_\_\_. Preços e Possibilidades: A organização das quebradeiras de coco babaçu face à segmentação dos mercados. In.: ALMEIDA, A. W. et. al. (Orgs.). **Economia do babaçu**: Levantamento preliminar de dados. 2. ed. São Luís: MIQCB; Balaios Typographia, 2001.

ANTUNES, M. O. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In.: WOORTMANN, E.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. (Orgs.) **Margarida Alves**: Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA/PEPIGRE, 2006.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores. Os trinta anos de novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS, São Paulo, v. 21, n. 62, 2006.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU. **Projeto Nova cartografia social da amazônia**. São Luís, 2005 (Quebradeiras de Coco Babaçu do Piauí, Fascículo 1; Quebradeiras de Coco Babaçu do Tocantins, Fascículo 3; Quebradeiras de Coco Babaçu da Baixada Maranhense, Fascículo 4; Quebradeiras de Coco Babaçu do Pará, Fascículo 5; Quebradeiras de Coco Babaçu de Imperatriz, Fascículo 6.

**PINDOVA**. Informativo bimestral do MIQCB. São Luís: MIQCB, ano 1, n. 1, fev-mar., 2005 a.

\_\_\_\_\_. São Luís: MIQCB, ano, 1, n. 3, jun.- jul. 2005 b.

**V ENCONTRO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (VEIQCB)**, São Luís, 08-10 dez. 2004.